“MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” EM NARRATIVAS SOBRE A CHEGADA DA TELEVISÃO EM SENADOR POMPEU-CE (1960 A 1980)

Antônio Wesley do Nascimento Martins¹
Edmilson Alves Maia Júnior²

Resumo: O presente trabalho faz parte do projeto “Múltiplas Chaves para Diversas Grades: Sociabilidade, Comportamento e Usos da Televisão no Sertão Central Cearense na Ditadura (1964-1985)” – (ICT/FUNCAP) e tem como objetivo estudar a progressiva e excludente expansão da intensa e brutal “Modernização Conservadora” (ORTIZ, 1991, 2014) na cidade de Senador Pompeu-CE entre as décadas de 1960 a 1980, a partir de seu principal símbolo: televisão, para percebermos mudanças nas sociabilidades surgidas com a gradual inserção do “fluxo televisivo” (WILLIAMS, 2016) e seu mundo simbólico na vida das pessoas. Utilizamos da História Oral enquanto campo dialógico (PORTELLI, 2006) para compreendermos narrativas acerca da chegada da televisão. Como resultado, identificamos e analisamos “táticas” em uma “invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1994) nos desafios para o acesso e aquisição do aparelho televisivo, censuras morais em defesa dos bons costumes do público infanto-juvenil, além de certa nostalgia com a programação da época.

Palavras-chave: “Modernização Conservadora”. Televisão. Narrativas.

Introdução

Entre as décadas de 1950 a 1980 o Brasil vivenciou um brutal e expansivo processo de industrialização que suscitou um forte “sentimento de otimismo” e “visão de progresso” devido as profundas transformações socioeconômicas que causou. Tais mudanças podem ser caracterizadas, dentre outras nuances, pelas migrações campo-cidade, crescimento urbano, mecanização da agricultura, concentração de renda e desigualdade social, bem como a aquisição de hábitos consumistas e individualizantes, e a proliferação excludente de bens de consumo duráveis e simbólicos (NOVAIS e MELO, 1998).

Essa implementação de um “capitalismo tardio”, já se apresentava no Brasil de forma incipiente desde os anos 1930. Contudo, é durante os anos da ditadura civil-militar (1964-1985) que suas bases se consolidam conformando uma “modernização conservadora” marcada por um tenso e complexo “processo de expansão e controle” em que o Estado ditatorial é seu “centro nevrálgico” (ORTIZ, 1991; 2014). Neste interim, a produção de bens simbólicos e culturais se reorienta em termos racionais e

¹ Graduando do curso de História da FECLESC/UECE. Bolsista ICT/FUNCAP. antwesley.martins@aluno.uece.br.

² Professor do curso de História da FECLESC/UECE. edmilson.junior@uece.br.

mercadológicos, confluindo no surgimento de uma indústria cultural em que o desenvolvimento da televisão é seu principal símbolo.

Ante o exposto, a partir do projeto “Múltiplas Chaves para Diversas Grades: Sociabilidade, Comportamentos e Usos da Televisão no Sertão Central Cearense na Ditadura (1964-1985)” – (ICT/FUNCAP), analisamos o estabelecimento dessa “modernização conservadora” na cidade de Senador Pompeu-CE, entre as décadas de 1960 a 1980, a partir chegada da energia elétrica e do aparelho televisivo, seus impactos na “invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1994) dos cidadãos senadorenses, a partir de seu gradual acesso ao “fluxo televisivo” (WILLIAMS, 2016). Para isto nos valem de fontes orais, pois nos ajudam a compreender “o esforço dos narradores em dar sentido ao passado e dar forma as suas vidas” (PORTELLI, 1997, p. 9) a partir do presente e mediante as significações e representações que compõem com suas memórias.

Memórias sobre os primeiros contatos com a modernização seletiva

Até meados do século XX Senador Pompeu era uma das cidades mais prósperas do Sertão Central cearense, contando com um farto desenvolvimento econômico advindo, principalmente, da volumosa produção algodoeira e sua indústria de beneficiamento (SARAIVA JÚNIOR, 2004). Tal “progresso” era sentido e observado conforme a cidade se urbanizava e via instalarem-se nela diversas agências bancárias e demais repartições públicas, além de “uma série de empreendimentos até então desconhecidos” (CARVALHO, 2003, p. 11).

No entanto, em uma cidade em que “as desigualdades sociais eram bastante acentuadas” (CARVALHO, 2003, p. 12), os avanços advindos deste “progresso” se davam de forma excludente. Tal contexto pode ser observado a partir das colocações de um memorialista local quando ele nos diz que:

“Por força da necessidade de expansão do mercado, o desenvolvimento do capitalismo chegara a Senador Pompeu com a energia elétrica, estrada asfaltada, telefone, etc. Esse progresso desigual viria embalado como mercadoria, visando unicamente o consumo. Esse foi um período de profundas transformações tecnológicas no mundo” (SARAIVA JÚNIOR, 2004, p. 86).

É evidente que tais informações são uma composição de escolhas e memórias do autor, que em seu papel de memorialista articula aquilo que aconteceu, com o que se queria que acontecesse, com o que acreditava estar acontecendo, mais o que se acredita, no tempo presente, que aconteceu (PORTELLI, 1997). No entanto, ainda assim, esse

debate da memória que realiza nos ajuda a compreender algumas nuances do projeto modernista autoritário naquela cidade.

Além disso, a partir das fontes orais por nós coletadas, buscamos sofisticar o debate, entendendo-as criticamente enquanto alternativa para a compreensão das subjetividades do passado, com seus diferentes significados e representações, pois:

“Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações” (PORTELLI, 2006, p. 111)

Estes processos se dão continuamente, haja vista que a cada nova experiência do presente a “composição de reminiscências” que fazemos se amplia.

Desta forma, a partir dessas memórias e representações, percebemos que os primeiros contatos dos senadorenses com o projeto modernizador e seus símbolos se dão ainda com o rádio, que pelo menos desde a década de 1930 já era “certamente o meio de comunicação mais popular entre nós” (ORTIZ, 1991, p. 46). Sua importância e as sensações que despertou são mencionadas pela sra. Maria³ ao comentar a aquisição de seu primeiro rádio, por volta da década de 1960, quando morava na zona rural da cidade:

“Eu não me lembro o ano, meu fi. Porque eu já era casada. Talvez eu tivesse já com uns três anos de casada quando a gente possuiu o primeiro rádio. Com o raidinho sempre... foi a primeira coisa que a gente começou a ver. A gente achou que aquilo ali era coisa muito boa. Porque a gente não tinha animação de nada, ao meno um rádio pra (risos) fazer zoada... Foi, o João chegou com esse rádio foi uma animação muito grande pra gente, nesse dia que ele chegou com esse rádio. Mas era pouca gente que tinha rádio”

É emblemático quando a mesma nos atenta que o aparelho radiofônico foi, para ela, uma das primeiras coisas que “começou a ver” e que com ele ia, pelo menos, “fazer zoada” ou descontrair quando da visita de algum amigo. Além disso, também é possível perceber que mesmo o rádio já sendo extremamente popular, poucas pessoas o possuíam.

³ Maria Angélica, 80 anos, agricultora aposentada. Entrevista realizada no dia 01/02/2021, seguindo todas as recomendações sanitárias.

Já a sra. Erivaneide⁴, filha da sra. Maria, nos salienta outro ponto interessante sobre o rádio, a partir das lembranças de sua infância nos anos 1970, ao nos dizer que “*o que a gente amava era ligar o rádio e ir varrer a casa, porque você tava ali trabalhando, fazendo suas coisas e ouvindo música, era muito bom... Aí então, vixe! Você fazia aquele trabalho ouvindo música inclusive, às vezes, até cantando junto com o cantor!*”. E complementa:

“Chegava o horário do almoço o rádio era desligado ou, às vezes, meu Pai se deitava ali no chão um pouco, porquê era... tinha um cimento e era frio, pra ouvir as notícias, vamos se dizer, né?! Vamos dizer que era o jornal, vamos falar jornal porque era a notícia da cidade de Mombaça, da alguma região que fazem aquele jornal meio dia dando alguma notícia de alguma região. Terminou aquilo ali se desligava um pouco porquê a pilha acaba, era rapidinho, descarregava. Aí pronto, desliga-se o rádio. Quando era à tardinha, três horas, por aí, a gente ligava, ou três e meia, quatro horas, ligava e entrava um pouco na noite, porque quando era bem de tardezinha tinha um programa no rádio que era só forró. Vixe, aí era bom! O homem, o locutor que eu não me lembro o nome, animava o negócio, era fazendo a propaganda, né?! E ainda balançava um chocalho. Vixe! Balançava... aquilo ali era muito interessante. Vixe Maria, era lindo (risos)”

Nota-se, desta maneira, que a inserção do rádio, de certa forma, passou a impactar no seu cotidiano na medida em que todas as manhãs, para fazer seus trabalhos domésticos, sempre o utilizava como descontração. Ou quando ao meio dia seu pai o ligava para “*ouvir as notícias*”, ou mesmo ao final do dia para acompanhar um programa musical.

Outro aspecto característico da modernização diz respeito a ampliação da energia elétrica, fato ocorrido também de modo progressivo e desigual para a grande maioria da população. Em Senador Pompeu, por exemplo, desde o fim da década de 1940 o Executivo municipal já havia garantido o acesso a iluminação pública através de motores (SARAIVA JÚNIOR, 2004), mas só a partir da década de 1960, especificamente após o golpe civil-militar de 1964, é que a cidade passa a ter energia elétrica, devido a construção de uma linha de transmissão que possibilitou chegar ao estado energia advinda da usina de Paulo Afonso (BA), durante a primeira gestão do Cel. Virgílio Távora (1963-1966) (FARIAS, 2012).

O acesso à energia elétrica, contudo, não foi uma realidade para toda a população senadorense a princípio. O sr. Francigilson⁵ comenta que:

⁴ Antônia Erivaneide, 53 anos, técnica em enfermagem. Entrevista realizada no dia 19/10/2020, seguindo todas as recomendações sanitárias.

⁵ Antônio Francigilson, 50 anos, motorista. Entrevista realizada no dia 31/01/2021 seguindo todas as recomendações sanitárias.

“Primeiramente chegou no centro da cidade... hospitais, agência bancária, INSS, foi chegando nas repartições, no centro. Com o passar do tempo foi que foi aparecendo nos bairros... na periferia digamos assim, né?! Já bem depois. Quando veio chegar nos bairros já tinha um tempo que já tinha na cidade, no centro, em repartições... na época que tinha uma usina, de algodão, chegou também lá porque precisava muito. Primeiro chegou nesses lugares mais emergenciais, não que os bairros também não fossem porquê... mas nos bairros veio chegar depois”

Podemos concluir, desta forma, que o acesso à energia se deu a priori nos locais e residências próximas ao centro da cidade, locais considerados nobres, ao passo em que bairros e regiões periféricas permaneceram às escuras. Deste modo, as soluções encontradas eram, ainda segundo o sr. Francigilson, o uso de “*lamparina*” ou “*candieiro*”.

O mesmo ocorria na zona rural da cidade, especificamente no sítio “*Bela Vista*”, onde as sras. Maria e Erivaneide moraram até o início da década de 1980, pois mencionam que a energia em sua residência era também a base de “*lamparina*” e “*lampeão*”. De modo que, como afirma a sra. Maria, só “*depois que saímos de lá foi que começaram a aparecer por lá*” energia elétrica.

Narrativas sobre fluxo televisivo e cotidiano

O símbolo que melhor caracteriza a “modernização conservadora” e a “consolidação de uma indústria cultural no Brasil é o desenvolvimento da televisão” (ORTIZ, 1991, p. 128). Sua consolidação foi planejada em um contexto de articulação entre os interesses do Estado ditatorial mediante a Ideologia de Segurança Nacional e os interesses de setores privados, em especial os televisivos, em torno da questão da “integração nacional”:

“Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado. O discurso dos grandes empreendedores da comunicação associa sempre a integração nacional ao desenvolvimento do mercado” (ORTIZ, 1991, p. 118)

Essa confluência de interesses é o que explica a associação do Brasil ao sistema internacional de satélites (INTELSAT), bem como a criação, pelo Estado autoritário, de um Ministério de Comunicações, da EMBRATEL, e a construção de uma rede micro-ondas para as telecomunicações durante fins da década de 1960, possibilitando a pretendida “integração nacional” através da TV e de um mercado de bens simbólicos a nível nacional (ORTIZ, 1991; 2014).

A inserção do aparelho televisivo no cotidiano dos senadorenses ocorre, assim como o rádio e a energia elétrica, de maneira progressiva e desigual visto que, a princípio, como nos atenta a sra. Perpétua, só tinha acesso ao aparelho televisivo “*a pessoa que tinha um emprego, uma coisa assim, né?! Porque quando começou a televisão era cara! Depois é que foi ficando uma coisa mais barata, né?! Mais comum*”. Ainda assim, a depoente teve acesso à uma TV e sua programação ainda nos anos 1960, nos dizendo:

“A televisão... eu lembro bem da novela Antônio Maria, que foi... acho que foi a primeira novela, não sei não, na televisão aqui eu acho que foi a primeira novela. Aí depois tinha outra, tinha uma outra novela, o Hospital, que era uma novela muito pesada e eu tinha pesadelo, eu não dormia de noite, né?! E a minha tia proibiu. Eu já estudava aqui e a minha tia proibiu d’eu assistir a novela o Hospital”

Curiosamente, as telenovelas citadas – “*Antônio Maria*” e “*Hospital*” –, foram produzidas e transmitidas em 1969 e 1971, respectivamente, pela Rede Tupi, em um momento em que essa indústria cultural ainda não havia estabelecido de forma plena as suas bases tecnológicas, produtivas e simbólicas. Naquele momento ainda não estava plenamente estabelecido na indústria televisiva brasileira aquilo que Raymond Williams (2016) denomina de “fluxo televisivo”.

Este seria, conforme o autor, “um fluxo de uma série de unidades relacionadas de diversas maneiras, em que a marcação do tempo, ainda que real, não é declarada, e em que a real organização interna é diferente da organização divulgada” (WILLIAMS, 2016, p. 102). Também pensado como “grade” ou “programação”, ele seria o resultado processual, complexo e contínuo das articulações da indústria televisiva para manter (e aumentar) a audiência de modo a simular (e de certo modo moldar) o tempo vivido. No entanto, não é precisamente a Rede Tupi quem organiza plenamente esse “fluxo televisivo” no Brasil.

Sem dúvida nenhuma, o maior exemplo de desenvolvimento televisivo e de conquista de mercado facilitada pelo compromisso junto ao Estado autoritário é o da TV Globo. A emissora, criada em 1965, adotara desde seus primeiros passos uma atuação baseada em uma racionalidade administrativa empresarial composta em uma estratégia de venda de “tempo/audiência” estruturada em um sistema de “integração vertical” (RAMOS, 2004). Fatores estes que resultaram naquilo que a própria emissora autodetermina como “padrão globo de qualidade”.

Neste sentido, é entre meados da década de 1970 e 1980 que esse fluxo se encontra plenamente estabelecido e a emissora carioca, devido aos favorecimentos adquiridos ajunto aos militares, a maior e principal engrenagem da integração nacional no domínio televisivo (ORTIZ, 1991). É possível perceber isso na narrativa da Sra. Erivaneide, comentando sobre as vezes em que foi assistir TV na casa de um vizinho, quando ainda morava na zona rural da cidade, quando nos diz o seguinte: *“Eu só lembro da Globo. Quando eu morava lá a gente só assistia a Globo. Eu não... Eu particularmente nunca vi ninguém assistindo outro, não sabia nem que tinha. Era Globo. Porque era o quê? Os Trapalhões, O Jornal, O Fantástico e Novela”*.

Esse fluxo televisivo, por ser “sempre acessível, em várias sequências alternativas, quando ligamos a televisão” (WILLIAMS, 2016, p. 104), despertava emoções, sentidos e desejos nos senadenses de então, modificando seu tempo vivido e o cotidiano, uma vez que certos costumes eram substituídos e/ou suprimidos, como sentar às calçadas à noite para conversar, por exemplo (CARVALHO, 2003). Desta maneira, mencionando outras transformações cotidianas a partir do acesso ao fluxo televisivo, o sr. Francigilson comenta:

“Minha mãe trabalhava no hospital e com a chegada da televisão, meu pai, mecânico como eu falei anteriormente... quando não tinha a televisão a gente chegava, eles chegavam, eu notava que era tomar um banho, comer alguma coisa ali, dar um tempo e dormir. E com a chegada da televisão, eu mesmo, quando chegava da escola, que fazia minhas tarefas, que me alimentava por ali, minha mãe ligava, eu ficava assistindo. Eles quando chegavam do trabalho já passaram também a não ir dormir assim que comia. Já passaram a assistir um pouco”

É notório quando nosso colaborador menciona as influências e transformações na rotina de sua casa, no cotidiano de sua família, após a aquisição de sua primeira televisão, já em meados da década de 1980, de modo que todos em sua residência passaram a dormir em horários mais tardes já que agora gostavam de *“assistir um pouco”* antes do repouso. Para adquirir esse aparelho televisivo, contudo, verdadeiras batalhas eram empreendidas por determinados sujeitos e famílias devido ao já mencionado caráter excludente como a modernização conservadora e seu principal símbolo se expandiram. Sobre isso, o próprio sr. Francigilson nos diz:

“A primeira vez que meu pai comprou uma televisão preto e branco. A televisão parecia assim, mais um... um caçua enorme. Eu fiquei morto de contente. Meu pai andou trocando uma bicicleta, entrou uma série de coisas. Um porco que tinha no chiqueiro, uma bicicleta, um porco, um relógio... Na verdade ele fez uma negociata pra adquirir essa televisão em preto e branco.

Quando eu cheguei da escola essa televisão na sala. Ai, pra mim foi uma alegria que eu não sei nem explicar”

O fato de seu pai ter empreendido toda uma “*negociata*” pra adquirir um primeiro televisor, ainda em preto e branco, mas que despertava os mais diversos interesses e sensações, pode ser pensado como uma das “táticas” utilizadas para lidar com as “estratégias” que dimensionam a “invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1994).

Em suas interlocuções, Certeau define “estratégias” e “táticas” como:

“Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente” Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito com um próprio e portanto como capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica e científica foi construída segundo esse modelo estratégico. Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela ai se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância.” (CERTEAU, 1994, p. 46)

Desta forma, em meio as “estratégias” que demarcavam o ambiente delineado pela modernização conservadora onde o fluxo televisivo e suas produções simbólicas se impunham de modo brutal, racionalizado e excludente, os sujeitos subvertiam essa lógica a partir de “táticas”, tais como a negociata do pai de nosso depoente. Fato de certo modo repetido quando da posterior aquisição de um televisor colorido como nos diz o sr. Francigilson:

“Eu num sei aqui mencionar pra você a época da preto e branca pra colorida não, mas passou um bom tempo. Porque a colorida custava mais caro, e a gente sem condição... aí meu pai pegou a preto e branco, que já tinha sido feito um rolo, que já tava paga, passou ela para uma pessoa que não tinha ainda. Um vizinho nosso. Pra poder... aí foi que teve acesso a colorida. O dinheiro daquela preto e branco com umas outras coisas, aí teve acesso a colorida”

É interessante, pois esse “*rolo*” e as “*negociatas*” promoviam uma rede de relações em que o televisor, ocupando um lugar central, acabava circulando de um vizinho a outro e de certo modo garantido o acesso ao fluxo daqueles que não tinham condições de comprar televisores novos e melhores. A sra. Erivaneide também nos narra situações semelhantes ao mencionar que os primeiros televisores que possuiu foram “*comprado tudo de outra pessoa. Primeiro foi de um tio da minha mãe e depois minha mãe comprou de uma outra pessoa conhecida*”.

Narrativas sobre fluxo televisivo e sociabilidades

Outras alternativas encontradas por esses sujeitos para o acesso à televisão e seu mundo simbólico, mesmo antes de adquirirem seus primeiros aparelhos televisivos,

foram as suas “experiências de ver TV” (RAMOS, 2004, p. 63) nas TVs “públicas” ou “comunitárias” instaladas pelo executivo municipal em algumas praças da cidade, ou mesmo enquanto “televizinhos”, nas casas de familiares, amigos ou conhecidos que morassem próximo, criando sociabilidades e tensões.

As chamadas TVs “públicas” ou “comunitárias” existiram, na cidade de Senador Pompeu até a década de 1990, pois até aquele momento parcelas da população local ainda não tinham adquirido este bem de consumo (CARVALHO, 2003). De acordo com as reminiscências de nossos colaboradores, haviam, aparentemente, cinco televisores públicos e o funcionamento deles era “a partir de sete” ou “seis horas”, até às “nove, dez horas”, conforme a sra. Perpétua.

A sra. Erivaneide, nos menciona uma de suas experiências como telespectadora da TV comunitária localizada no bairro Pavãozinho, após se mudar com sua família do sítio em que morava para a zona urbana da cidade, por volta da década de 1980, e antes de adquirir seu primeiro televisor. Ela nos diz:

“Depois que eu vim embora pra cidade, aqui em Senador Pompeu, a gente descobriu que aqui no bairro tinha uma televisão pública, né?! Que ficava em uma praça de uma igreja. E nós ia pra lá, nós ia pra lá, juntava assim uma turminha três, quatro pessoas, mocinhas aqui da vizinhança, vizinha, e a gente ia pra lá. Aí lá tinha uma pessoa que ficava responsável pra ligar essa televisão. Ligava o quê? Seis, cinco e quarenta, seis horas. Porque a primeira novela era seis horas. Ali ele já ligava porque quando ele ligava aquela TV já tinha uma, duas pessoazinhas sentadinha, porque tinha os banquinhos de cimento pra gente se sentar, ou se levava uma cadeirinha, sentava lá. Ali ficava ligada até... eu não sei bem precisar o horário, mas eu acho que umas onze horas da noite porque era uma programação extensa, bem extensa, né?! Porque aí lá você ficava o tempo que você queria, era público”

É interessante perceber como essas TVs públicas mobilizavam as pessoas de modo a se reunirem, provavelmente entre amigos, familiares ou mesmo desconhecidos, para irem de encontro as praças acompanhar as produções simbólicas disponibilizadas pelo fluxo televisivo que tanto despertava o interesse daqueles sujeitos, em especial as novelas, já estabelecidas como o “cerne da produção industrial de ficção” (RAMOS, 2004, p. 46).

O sr. Francigilson, também morador do bairro Pavãozinho, comenta uma outra situação interessante que ocorreu na TV localizada naquele bairro:

“Porque tinha as cadeiras e era disputado, era muito concorrido. Todo mundo queria ficar estratégico, num lugar melhor, mais próximo da televisão. Quando você chegava lá que tinha muita gente, você ficava distante. Aí um vinha, queria ficar na frente do outro, as vezes era uma polêmica, era uma polêmica”

Percebe-se então, que estes momentos nem sempre foram tranquilos, essas TVs comunitárias acabaram se tornando palco de certas tensões entre os senadorenses que as frequentavam. As “*polêmicas*” disputas pelos melhores assentos podem ser observadas como exemplos empíricos, mediados pelo fluxo televisivo, da absorção dos sentimentos de otimismo e progresso existentes naquele período (NOVAIS e MELO, 1998).

Ademais, além desta TV pública específica do bairro Pavãozinho, havia ainda, segundo o sr. Francigilson “*uma no bairro do Patu*”, uma terceira “*no bairro do Caracará*”, esta mencionada pela sra. Perpétua que chega a discorrer sobre a existência de mais duas: uma “*onde é aquele balão, por ali. Ali tinha uma televisão*” referindo-se a uma rotatória localizada exatamente no centro da cidade; e outra, “*na Praça Cristina Pessoa*”, localizada no bairro Alto da Esperança.

A sra. Erivaneide, por sua vez, nos aponta uma experiência sua enquanto “*televizinha*” em meados da década de 1980, logo que se mudou com sua família para a zona urbana da cidade. Ela nos diz:

“É, na casa do Seu Batatinha era só ele e a esposa, eles não tinham criança, né?! Eles tem duas filhas, mas elas nunca ia, eu nunca nem vi elas lá, acho que elas ficavam... deveria ter outra TV, não sei, porque eu nunca entrei na casa deles. Mas elas nunca ficavam. Era sentadinho, ele botava duas cadeiras de balanço, botava a televisão numa cadeira. Ali ele sentava mais a Dona Iva, que era a esposa dele, e ficava eles dois sentadinhos que nem um caszinho de namorados assistindo a novela. Aí ali você via, né?! Aí ficava o pessoal. Quem chegasse, fosse se aproximando. Ele era uma pessoa, assim, muito dada com todo mundo”

A partir dessa composição de memória de nossa colaboradora percebemos questões que nos são caras. Podemos concluir que esse seu vizinho, “*dono da padaria*” próxima de sua casa era uma pessoa, como a mesma nos diz, “*muito dada com todo mundo*”, deixando a quem quer que “*fosse se aproximando*” assistir em sua TV, o que, supomos, tornava a experiência vivida de nossa entrevistada algo profícuo.

Narrativa semelhante é tecida pela sra. Perpétua ao mencionar sobre como ficava a casa de uma tia sua nas noites de novelas:

Lá na tia Amélia ia era muita gente assistir. Ih... ficava tudo sentado no chão, nas cadeira, nos parapeito, com a porta aberta assim, aí ficava assim na porta e lá tem uns muros bem... que é vizinho... A casa da tia Amélia é aquele casarão que tem que é antes do... tem a rua entrando assim, é antes de chegar no Hospital. A da esquina, aí chega no Hospital, pois é. Aí o pessoal ficava tudo assistindo, era um monte de gente! Aí vinha os meninozinhos, sabe? Grandinhos já. Eles não eram filho dela, mas ela deixava. Ficava todo mundo assistindo as novelas. Todos. Ficavam todos assistindo. Ficava uma parte dentro de casa, outros ficavam lá fora”

Acreditamos que estas situações específicas envolvendo “televizinhos” geravam sociabilidade entre os sujeitos envolvidos. Entendemos o conceito de sociabilidade a partir de Michael Hanke e o diálogo que estabelece com Georg Simmel. Isto posto, “em Simmel, Sociabilidade (...) é uma das formas específicas do processo geral da sociação” (HANKE, 2002, p. 2) que por sua vez pode ser pensada como as diferentes e incessantes formas pelas quais os indivíduos interagem a partir de seus conteúdos ou matérias, como por exemplo, interesses, impulsos, instintos, dentre outros (HANKE, 2002).

O fim da sociabilidade “é nada mais que o sucesso do momento, e, em consequência disso, as condições e os resultados desse processo são exclusivamente o encontro das pessoas numa reunião social” (HANKE, 2002, p. 3). Todavia, nem todas as experiências narradas por nossos colaboradores, a partir da composição de suas memórias, nos apresentaram momentos de sociabilidade. Em determinadas ocasiões, ao invés de uma interação profícua entre os envolvidos, o que se surgiam eram tensões ou mesmo constrangimentos, como por exemplo, este mencionado pelo sr. Francigilson:

“Com um parente meu mesmo aconteceu isso. Uma novela, ou um filme, uma coisa, e o dono da casa por um motivo ou outro qualquer, ninguém sabe, desligava a televisão antes da programação terminar. Aí aquilo gerava um mal gosto por parte de quem não tinha e de quem tava lá assistindo, né?! Muitas vezes aconteceu isso”

De fato, problemáticas do tipo aconteciam diversas vezes, ocasionando conflitos e ampliando as limitações e exclusões do acesso de diversos sujeitos ao fluxo televisivo e seu mundo simbólico. Outro exemplo foi mencionado pela sra. Maria, onde a filha de um vizinho que possuía um aparelho televisivo desligou-a antes do esperado: “*Nesse dia que ela fechou eu disse: ‘– Eu não venho mais. Já que ela fechou é porquê ela não quer que a gente ouça, veja nada. Só vou agora... só vou possuir uma televisão quando eu puder comprar uma!’”*

Censuras Morais e Nostalgia

Durante os anos da “modernização conservadora” a indústria cultural assumiu um caráter extremamente importante e estratégico para o Estado ditatorial, de forma que as produções simbólicas eram meticulosamente analisadas (e, quando necessário, censuradas) sob o prisma da Ideologia de Segurança Nacional, pois “o domínio da cultura” havia se tornado “um espaço estratégico de disputas, daí a necessidade de discipliná-lo” (ORTIZ, 2014, p. 117), para que informações perigosas, dissidentes ou

contestatórias ao que os militares propunham fossem veementemente repelidas pelo dispositivo censório.

As atividades desenvolvidas pela censura, a partir de suas duas facetas – repressiva e disciplinadora (ORTIZ, 1991), tinham como aspecto primordial e questão de ordem a intensa defesa da moral e dos “bons costumes”, de modo a “assegurar o resguardo do núcleo familiar tradicional, contribuir para a formação dos jovens brasileiros e, com isso, promover a saúde da nação” (SILVA, 2016, p. 88). Esse forte embate contra a “contaminação moral” ocorria, em determinadas situações, na forma de críticas a televisão, ou melhor, às produções simbólicas transmitidas por ela e que pudessem de alguma maneira expor temas ou discussões sensíveis aos ditos “bons costumes”.

Críticas ao aparelho televisivo, de algum modo, surgiram nas narrativas de nossos colaboradores. A sra. Erivaneide menciona que, por volta da década de 1980, discussões a respeito aconteciam em seu bairro com pessoas sendo contrárias ao surgimento e aquisição do aparelho televisivo e seu mundo simbólico. Ela nos diz que:

“Tinha pessoas que falava que aquilo ali era uma perdição, tá entendendo? Por exemplo, a novela. Vou já aqui dizer da novela. Novela tem aquelas cenas românticas, né?! Vamos por assim dizer. Ali tinha pessoas que ficava dizendo as coisas “- Olhe, assistir isso aí é uma perdição. Isso aí tá ensinando você a ser isso, ser aquilo”, tá entendendo? Tinha pessoas, muita gente de opiniões diferentes. Outras diziam assim “- Não... isso aí não leva a nada, não quer dizer nada isso aí”, mas tinha aquelas pessoas em que... ficavam criticando. Diziam “- Eu não compro uma televisão pra minha casa, eu não quero um negócio desse na minha casa. Isso aí é uma perdição, é o fim do mundo e não sei o quê” ficava nesse impasse.

Não queremos dizer aqui que tais sujeitos eram apoiadores da ditadura civil-militar, o que apontamos é que, talvez, tais críticas as “perdições” transmitidas nas TVs fossem o resultado da apropriação, por eles, do ideário militar fruto de sua “unificação das consciências”, via seu plano de integração nacional. O sr. Francigilson é outro que chegou a acompanhar comentários do tipo, nos dizendo:

“Existia esses depoimentos. Meu avô, minha avó mesmo ficava danada quando ligava, que dizia que menino não era pra assistir aquilo, que passava coisa feia. Os meus avós mesmo num deixava. A minha vó dizia: “- Giselda, você não deixe o Gilson tá assistindo televisão. Isso não é coisa pra criança, isso passa coisa pesada, isso num é coisa pra menino teja assistindo não”. Brigava muito com a minha mãe, porque a vezes o meu pai, a minha mãe, tava acompanhando uma novela, novela da época, e aqui acolá eu dava uma olhadinha também. E a minha vó não gostava, ela dizia que aquilo não era programação pra mim, pra criança assistir. Muitas vezes brigou até com a minha mãe para que eu não assistisse. Mas sempre, sempre eu assistia”

Segundo a sra. Perpétua eram “*principalmente as pessoas mais velhas*” as que mais criticavam determinadas produções simbólicas, principalmente as novelas. Provavelmente, estas tensões foram também o fruto do complexo processo de adequação dos preceitos modernos daquela sociedade em movimento (NOVAIS e MELO, 1998), transformando valores e adquirindo outros, aos objetivos ideológicos e coercitivos dos militares em defesa dos “bons costumes”.

Além desta questão, a maioria de nossas depoentes teceram uma vertente interpretativa em que, em suas subjetividades, a maioria (senão todas) as produções culturais e simbólicas atuais seriam ruins, deploráveis, ao passo em que os programas antigos, em especial as telenovelas, seriam melhores no passado. Esse sentimento nostálgico pode ser visto neste trecho da narrativa da sra. Erivaneide:

“Eu já assisti tanta novela boa, tanta história. Porque a novela ela é uma história, uma história contada, né?! Então, tem... novelas que... não vai, você não tem vontade nem de ligar a TV pra ver, totalmente sem graça, muito besta. Onde tem outras histórias que são tão boas que a novela termina e você fica com vontade de ver de novo, de tão boa aquela história que foi. Uma história bem contada, elaborada, atores bons. É... então a... a diferença é que antes lá... lá no meu passado, lá no sítio, lá na minha criança... na minha juventude, na minha adolescência as novelas eram... eram umas novelas tão boas. Novelas de época. Um pessoal com as roupas lindas que era... era... roupa de época dos anos oitenta, setenta, que eram umas roupas muito bonitas. Hoje as... as novelas de hoje, as pessoas... é umas novelas que só tem briga, droga, arma, o povo pelado... (indignação) é uma coisa assim, um... uma história assim, um pouco que... num... num é muito boa não! Ela teve uma mudança e tanto, viu?! (ironia) Muito grande! Antes eram umas histórias... mais eram romantismo, era... O que?! Como eu te falei. Era rodeio... era... essas coisas assim que era coisa boa. Uma história boa de contar e de se ver. Não tô dizendo que hoje também não tenha, uma novela assim, que seja um... um pouquinho melhor, um pouquinho melhor. Mas tem outras que não dá nem vontade de ver”

Sobre o fluxo televisivo atual, a sra. Maria o define como algo em que “*sai muita coisa pesada*”, definindo-o como “*desmantelo*”. A sra. Perpétua, por sua vez, vai ainda mais além ao nos dizer:

“Você liga uma televisão é pai matando filho, filho matando pai, pai estuprando filho. Eu não vou ligar uma televisão pra mim sofrer, aí eu prefiro não assistir. Raramente eu to assistindo televisão, porque meu amigo... Até na minha cidade tá passando muito essas coisas, meu amigo. Pelo amor de Deus, é o final dos tempos”

Essa questão é complexa, pois diz respeito as subjetividades de cada uma das depoentes, sobre as memórias que construíram a respeito dos bens simbólicos do passado e as impressões que possuem destes no presente. Deste modo, essa ideia de que “o passado era melhor” talvez seja a “necessidade de compor um passado com o qual

possamos conviver” (THOMSON, 1997, p. 57) mediante um presente que talvez não as satisfaçam.

Dentre os depoentes, a exceção a esta linha interpretativa nostálgica, é a narrativa empreendida pelo sr. Francigilson, quando nos diz:

“É... o que eu vejo hoje é a modernidade, uma programação mais vasta, bem ampla. A gente não tinha no passado isso, a programação era reduzida e enfim. Hoje mudou, mudou tudo. Mudou tudo. A programação, a modernidade, enfim. Houve uma mudança no geral mesmo”

Sua fala é simbólica ao nos evidenciar o sentimento de progresso persistente até os dias atuais no depoente, o que não deixa de ser verdade se levarmos em conta que a sociedade brasileira hoje em dia, a indústria cultural, o mercado de bens simbólicos e a atual existência de um fluxo televisivo bem estabelecido são fatores de uma realidade que não existia há 70 ou 60 anos atrás, quando a TV dava seus primeiros passos no Brasil.

Considerações Finais

Concluimos que o projeto de modernização conservadora perpetrada pelo Estado autoritário se deu de modo brutal e excludente, deixando muitos senadenses, por exemplo, afastados, pelo menos a princípio, do acesso a determinados bens duráveis e simbólicos mesmo quando os diversos âmbitos da indústria cultural se remodelavam e se expandiam de forma exponencial através de uma gradual integração nacional rumo ao “progresso”. Questões essas que iremos aprofundar com o avanço da pesquisa.

O progressivo surgimento de aparelhos televisivos despertou nos sujeitos de Senador Pompeu-CE diversificadas formas de sociabilidade e remodelações em seu cotidiano a fim de conseguirem suprir os desejos e vontades que o complexo fluxo televisivo provocou, não sem críticas ou tensões, uma vez que a sociedade brasileira, de um modo geral, passava por profundas mudanças socioeconômicas naquele momento.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Luiz Flavio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto: Senador Pompeu – 1960 a 1990**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

- FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.
- HANKE, Michael. A noção de sociabilidade: implicações nos estudos da comunicação. In: XI COMPOS, 2002, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2002, p. 1-11. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_744.pdf Acesso em: 08 mar. 2021.
- NOVAIS, Fernando; MELO, João Emanuel Cardoso de. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – Volume 04**: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 560-658.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 112-127.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 103-130.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 29-39, 1997.
- RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- SARAIVA JÚNIOR. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.
- SILVA, Thiago de Sales. “**Espectáculo inconveniente para qualquer horário**”: A censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18947/1/2016_dis_tssilva.pdf Acesso em: 23 set. 2020.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 51-84, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo / Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.